



Jornal FNE Edição 108 – Maio/11

Nesta edição, Engenheiro traz notícias de importantes reivindicações da sociedade brasileira. Em matéria de capa, o lançamento da campanha “Banda larga é um direito seu!”, que aconteceu em 25 de abril em cinco capitais. Em São Paulo, a atividade foi realizada na sede do Seesp. O tema considerado essencial integra o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006.

Outra mobilização de extrema importância foi a iniciativa da Frente de Trabalho de Energia Elétrica, da qual faz parte a federação, de recorrer ao Poder Executivo para que sejam tomadas providências em defesa dos consumidores. Devido a um erro no cálculo do reajuste da tarifa, os brasileiros pagaram indevidamente, entre 2002 e 2007, valor estimado em R\$ 7 bilhões. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) reconheceu o problema, mas não admite a devolução pelas distribuidoras.

Em entrevista, Luzia Santos da Silva, pequena agricultora do município de Boca do Acre, no Amazonas, fala sobre as dificuldades enfrentadas por quem vive da terra na região. Em pauta ainda os preparativos para a Copa do Mundo na cidade de Natal, onde houve dificuldades para licitar o novo estádio. Em C&T, um projeto que levou TV digital interativa pela rede elétrica a Barreirinhas, no Maranhão. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, relembra-nos lutas, conquistas e sofrimentos. É data ideal para fazermos uma reflexão sobre a situação da mão de obra no Brasil, em especial a dos engenheiros. Não é difícil constatar que a tradicional relação entre capital e trabalho, baseada no emprego formal, vem perdendo força. Cada vez mais, as empresas terceirizam suas atividades e contratam pessoas jurídicas individuais, buscando uma relação menos onerosa do ponto de vista financeiro. Isso é resultado da crescente competição por mercados nos quais as companhias buscam custos cada vez menores.

Os governos que se sucederam no Brasil sempre preferiram o caminho fácil da tributação sobre a produção e a folha de pagamento, criando obstáculos à ampliação das vagas de emprego. A carga tributária total hoje atinge mais de 37% do PIB (Produto Interno Bruto), com tendência de aumentar. É imprescindível a preservação das empresas, desonerando-as do peso excessivo dos impostos para estimulá-las a oferecer novos postos de trabalho. Todos querem mudanças, principalmente aqueles que, de forma responsável, sempre lutaram pelo equilíbrio entre as forças que sustentam as relações trabalhistas, buscando conciliar os interesses dos que investem seu capital com os dos que, sem capital para investir, acreditam que com seu trabalho possam ser sócios das mesmas oportunidades.

Temos escutado ultimamente autoridades brasileiras dos mais diversos escalões enfatizarem que está faltando mão de obra qualificada no País, sendo este o principal motivo pelo qual empresas estrangeiras e nacionais estariam contratando técnicos no exterior. Isso se passa de fato em alguns setores, como no aeronáutico, no naval e no petroquímico, mas tratam-se de casos pontuais que devem ser estudados com vista a promover cursos de formação específicos. Acreditamos que, de modo geral, existem engenheiros no Brasil em quantidade suficiente para atender a demanda nas áreas civil, elétrica e industrial/mecânica, que respondem por mais de 80% das necessidades das empresas do setor tecnológico.

Porém, o principal problema tem sido a baixa remuneração dos profissionais da engenharia, em especial os do setor público. Sem oferecer salários dignos não é possível atrair e manter bons profissionais. Nos últimos 20 anos, milhares deixaram a profissão em busca de oportunidades mais rentáveis. As empresas de consultoria financeira, os bancos, os escritórios de comércio exterior e de informática e as áreas da fiscalização pública (Receita Federal, estaduais e municipais) estão repletos de engenheiros por esse motivo.

Lançamos um desafio às empresas nacionais, estrangeiras e ao setor público em geral: ofereçam salários dignos e condições de desenvolvimento profissional aos engenheiros brasileiros, incentivando o ingresso de jovens nas faculdades. Interajam com as instituições de ensino no sentido de contratarem bons professores e aprimorem seus currículos. Foi isso o que fizeram Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura e China e conseguiram avanços significativos na economia e em ciência e tecnologia. Não há outro caminho para o nosso país. Ou se investe na formação adequada e na oferta de oportunidades aos jovens ou se caminha no sentido contrário, o do atraso tecnológico e da importação de mão de obra qualificada e de bens de

capital de alto valor agregado. Isso é o que se poderia chamar de retorno à condição de colônia.

Carlos Bastos Abraham – Diretor da FNE

CRESCER BRASIL I

Apesar dos rumores de que a capital do Rio Grande do Norte ficaria fora do evento mundial em razão de não terem se apresentado candidatos ao primeiro edital de licitação para a construção do estádio, Natal garantiu sua vaga como uma das 12 cidades-sedes da Copa de 2014 e em julho próximo inicia as obras do maior símbolo dos jogos no município, a arena das Dunas. Quem afirma é o secretário extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo do Estado, Demétrio Torres. Segundo ele, no dia 15 de abril foram assinados o contrato e a ordem de serviço e foi formalizada uma PPP (Parceria Público-Privada) entre o governo estadual e a construtora OAS, única participante e vencedora da licitação. Além da construção, o contrato de concessão prevê operação da arena por 20 anos.

Descartando a suspeita de irregularidade levantada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) na parceria público-privada para a construção da arena, o secretário informou que o assunto já é passado. “O Ministério Público Federal e o TCU solicitaram o esclarecimento de alguns itens da minuta de contrato que já foram devidamente explicados”, relata.

Com capacidade total para 42 mil pessoas, a arena Dunas terá as arquibancadas e coberturas flexíveis que permitirão a eliminação de 10 mil lugares após o evento. Conforme Torres, o complexo será multiuso e após a Copa poderá comportar shows, convenções, entre outros eventos culturais. “A OAS tem entre os parceiros uma empresa internacional, a Amsterdam Arena, que é proprietária de vários artistas que poderão se apresentar no espaço”, destaca. O custo da obra é de R\$ 400 milhões, sendo R\$ 300 milhões financiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A entrega da arena está prevista para o segundo semestre de 2013.

Mobilidade urbana

De acordo com o secretário adjunto Municipal de Planejamento de Obras da Copa 2014, Walter Fernandes de Miranda Neto, há ainda ações incluídas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Mobilidade Urbana voltadas ao mundial. Ele destacou a implantação do eixo 1, um corredor que iniciará o trajeto no futuro aeroporto São Gonçalo do Amarante, passará pela arena das Dunas e chegará ao setor hoteleiro, com investimentos de R\$ 338 milhões.

Conforme ele, dentro do traçado serão feitas 11 intervenções, entre elas complexo viário da Urbana (um dos acessos mais movimentados no sentido Norte-Sul), investimentos em sinalização, reestruturação e entroncamento de várias avenidas, melhorias no passeio público e a implantação de plataformas de embarque e desembarque para os passageiros do transporte coletivo. “Todas as obras de mobilidade serão concluídas até 2013. Inclusive algumas delas já têm o projeto básico finalizado e licitado e devem ser iniciadas no segundo semestre deste ano”, estima Miranda Neto.

Ainda na área de transportes, será implantada a primeira fase de um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que somará inversões da ordem de R\$ 130 milhões pelo governo federal. O novo sistema vai utilizar a linha férrea já existente e ligará Natal ao município de Extremoz. O projeto prevê a modernização da ferrovia e a urbanização das estações.

Mais investimentos

Segundo Fernando Fernandes, empresário e ex-secretário estadual de Turismo e da Secopa do Rio Grande do Norte, haverá melhorias na área de turismo com a criação do Prodetur Natal (Programa de Desenvolvimento do Turismo), que terá recursos de R\$ 150 milhões. “Além disso, teremos a construção do terminal de passageiros no porto de Natal, que poderá somar desenvolvimento com turismo de cruzeiros marítimos. É a grande oportunidade de consolidar o destino potiguar mundialmente, qualificar profissionais envolvidos e gerar empregos”, diz. Nesse sentido, uma das vantagens do município é a ampla infraestrutura hoteleira que não requer expansão. “A rede é uma das maiores do Nordeste e vai comportar facilmente o evento mundial na cidade”, destaca Miranda Neto.

O setor aeroportuário também será beneficiado. Segundo a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), em fevereiro último foi assinado o contrato para reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Augusto Severo. Ao todo, serão investidos R\$ 16,4 milhões. Outra novidade é a aprovação pelo TCU do edital de concessão para a construção da primeira fase do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que será intermodal. O documento foi encaminhado à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), com perspectiva de ser publicado em maio. O novo complexo tem início da operação previsto para 2014.

A cidade potiguar movimentará cerca de R\$ 2,5 bilhões em recursos públicos para aplicar nos preparativos do mundial. (Lucélia Barbosa)

Mundial de 2014 em debate

Neste ano, o foco do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” será a Copa do Mundo de 2014, com a realização de debates nas 12 cidades-sedes do mundial, que culminarão com um documento relativo ao tema. Com esse norte, a FNE inaugura as discussões dos preparativos para o evento e o legado que esses podem deixar à população, no próximo dia 16 de maio, a partir das 9 horas, em São Paulo, na sede do Seesp (Rua Genebra, 25, 1º andar, Bela Vista – São Paulo/SP). Estão confirmadas as presenças do ministro do

Esporte, Orlando Silva; do secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes; e do técnico do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) Marco Aurélio Cabral Pinto. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2641 ou e-mail sindical@seesp.org.br.

CRESCER BRASIL II

Com a adesão de inúmeras entidades da sociedade civil, foi lançada em 25 de abril último, em cinco capitais brasileiras – São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e Campo Grande –, a campanha “Banda larga é um direito seu! Uma ação pela Internet barata, de qualidade e para todos”. O objetivo é pressionar o Executivo para que evolua nas decisões sobre o tema, de modo a garantir a universalização do acesso – como defende o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da FNE. Atualmente, este não chega a 5% nas classes D e E, como destacou Veridiana Alimonti, do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) durante a atividade na Capital paulista, sediada no auditório do Seesp, que também endossa a campanha.

Com uma avaliação de que o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), lançado pelo Governo Federal em maio de 2010, é um avanço, porém insuficiente, as diversas organizações pretendem pressionar o Executivo para que haja mudanças importantes, por exemplo quanto à velocidade de Internet prevista – de 512kb. E assim se assegure que o mote dessa ação seja alcançado – com o serviço barato, de qualidade e para todos, portanto. Para Sérgio Amadeu, professor da UFABC (Universidade Federal do ABC), tal infraestrutura é um direito humano fundamental numa sociedade da informação. A maior carência encontra-se nas periferias. “É preciso banda larga inclusive para aumentar o ritmo de superação da pobreza. A rede de comunicação digital ajuda a reduzir as desigualdades”, vaticinou. Na sua ótica, o mercado fracassou em levar o serviço para todo lugar, em função do modelo de negócios. Assim, é essencial ter essa infraestrutura sob controle público. Nesse sentido, para ele, a decisão do Governo de revitalizar a Telebrás e incluí-la no contexto é correta.

Participação popular

Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, o deputado federal Newton Lima (PT-SP) destacou que a participação popular será crucial à universalização da banda larga de qualidade e a preços módicos. Ele anunciou que foi aprovada a criação de subcomissão específica sobre o tema, a qual contará com sua coordenação, enquanto proponente, e deverá ser instalada nos próximos dias. “É imperioso e vital trazer a sociedade civil. Vou me comprometer desde já a propor que esse fórum e entidades que o compõem sejam ouvidos logo nas primeiras reuniões para ter embasamento programático.”

Para João Brant, do Coletivo Intervezes, bastaria que a banda larga fosse tratada como regime público para haver a universalização, controle de tarifas, transferência e reversibilidade de bens. Na sua concepção, contudo, não é o que vem ocorrendo. “O cenário é muito complicado, inclusive tem havido transferência de recursos públicos para a iniciativa privada sem licitação para telefonia rural”, ratificou. Segundo ele, a proposta é uma remodelagem do setor de telecomunicações. “O PNBL pode ser um excelente avanço, desde que em consonância com o interesse público. Não dá para ficar no improvisado.” Beatriz Tibiriçá, do Coletivo Digital, enfatizou: “Temos que pressionar para que essa oportunidade de negócios reverta em prol da sociedade.”

Ponto positivo, como relatou Altamiro Borges, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, é que em audiência no dia 20 de abril último com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, este – após ouvir as críticas dos representantes de entidades presentes – afirmou que a presidente da República, Dilma Rousseff, teria declarado a intenção de investir mais R\$ 1 bilhão por ano na Telebrás e que a velocidade de Internet de 512kB seria insuficiente. “Podemos considerar isso uma vitória do nosso movimento.” O ministro sinalizou ainda que o Governo vai refletir sobre a criação de mesa permanente de negociação com a sociedade civil. O lado negativo é que Bernardo, segundo contou Borges, descartou a possibilidade de o PNBL ser implantado em regime público, sob os argumentos de altos custos e obstáculos legais – os quais foram refutados pelas entidades presentes. “A batalha promete ser longa, e o desafio é envolver os movimentos sociais nessa luta, que interessa a todos.”

Para Flávia Lefèvre, advogada da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), nesta primeira etapa, é preciso ter em mente o prazo definido para revisão dos contratos de concessão das empresas de telefonia fixa – 30 de junho. Com essa perspectiva, na sua ótica, o ideal é buscar apoio parlamentar para reverter um quadro que se mostra preocupante, inclusive com possíveis retrocessos. Mais informações sobre o lançamento e próximos passos no site www.campanhabandalarga.org.br.

Oportunidade aos engenheiros

Além de meio para universalizar o acesso à Internet e ao direito de produzir e publicar conteúdos, as novas tecnologias representam oportunidade rara aos engenheiros. Quem aponta é o consultor Marcos Dantas, em nota técnica que compõe o documento “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a superação da crise”. Versão atualizada do projeto da FNE, indica quatro decisões políticas que podem reverter o atraso no segmento. Uma delas vai ao encontro do que defende a campanha nacional por banda larga: a extensão do acesso público e gratuito à Internet de qualidade. Para que tal ampliação se traduza em oportunidade aos profissionais brasileiros, é fundamental haver contrapartida de empresas privadas e investimentos públicos. (Soraya Misleh)

ENERGIA

Uma nova iniciativa em defesa dos consumidores de energia elétrica em todo o Brasil foi tomada em 25 de abril último. A frente de trabalho, da qual faz parte a FNE –juntamente com Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) –, encaminhou ofício ao ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, reivindicando providências para o ressarcimento de valores estimados em pelo menos R\$ 7 bilhões, cobrados indevidamente nas tarifas entre 2002 e 2009.

A arrecadação excedente aconteceu porque nesse período a metodologia aplicada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) fazia com que o consumidor pagasse mais do que devia para que as distribuidoras custeassem os 11 encargos setoriais embutidos na tarifa. As empresas então repassavam a parte que cabia ao Governo e ficavam com a sobra.

Na correspondência, também enviada aos ministérios da Fazenda, do Planejamento e das Minas e Energia, as entidades lembram que a devolução, em dobro, de valores pagos indevidamente pelos usuários encontra amparo jurídico no Código de Defesa do Consumidor. Apontam também o presente momento, em que as concessões de distribuição de energia elétrica estão em fase de revisão da estrutura tarifária, como oportuno para que o Poder Executivo edite “decreto definindo a metodologia para a correção da distorção das tarifas, de forma a também ressarcir o prejuízo já acumulado, que tem penalizado a parcela de consumidores, com reflexos desastrosos para a inflação”.

Segundo o engenheiro Carlos Augusto Kirchner, que representa a FNE na Frente de Trabalho de Energia Elétrica, a expectativa agora é que a Casa Civil marque uma audiência para ouvir os representantes das entidades e aja no sentido de atender a reivindicação. “Os ministérios da Fazenda e das Minas e Energia já haviam se manifestado dizendo que o erro estava nos procedimentos adotados pela Aneel, e não em portaria interministerial, conforme a agência chegou a alegar. Portanto, esperamos que eles agora apoiem o nosso pleito”, destaca.

Erro antigo

Longe de ser novidade, o problema nas contas de energia já foi apontado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em relatório de 2008, após apuração realizada pela Sefid (Secretaria de Fiscalização). “(...) A citada falha metodológica remunera ilegalmente as concessionárias de energia elétrica em detrimento do interesse público e gera impactos de alta materialidade e prejuízos para o usuário de pelo menos R\$ 1 bilhão ao ano (...)”, afirmava o documento.

O imbróglio foi ainda objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação das tarifas de energia e a atuação da Aneel na autorização dos reajustes. No relatório final, de novembro de 2009, confirma-se o problema e recomenda-se, entre outros pontos, o ressarcimento aos consumidores.

A facada clandestina no bolso desses foi também divulgada pela imprensa e em entrevista à Folha de S. Paulo, publicada em 18 de outubro de 2009, o então superintendente de regulação econômica da Aneel, David Antunes Lima, reconheceu a irregularidade. “Se isso for levado à Justiça, dificilmente as distribuidoras terão como ganhar essa causa”, declarou à época. Após audiência pública realizada naquele ano, a agência reconheceu o erro e propôs contratos aditivos com as distribuidoras para alterar a fórmula do cálculo. Entretanto, tem se recusado sistematicamente a estabelecer mecanismos que reembolsem os pagamentos feitos a mais. Após nova audiência pública para tratar do assunto, realizada em 2010, a Aneel “negou tratamento retroativo da metodologia referente às variações de mercado no repasse dos custos não gerenciáveis, relativos aos encargos setoriais dos ciclos tarifários passados”, conforme nota publicada em seu site em 14 de dezembro. A justificativa para tal seria evitar “instabilidade regulatória ao setor elétrico, o que traria prejuízos à prestação do serviço e aos consumidores”.

Diante de tal decisão, foi feito um pedido de reconsideração à Aneel pelos deputados Eduardo da Fonte (PP-PE), Ciro Nogueira (PP-PI) e Alexandre Santos (PMDB- RJ). Mais uma vez, em 25 de janeiro último, os diretores da agência decidiram pelo não ressarcimento, alegando risco de “instabilidade regulatória do setor”.

Do Congresso nasceu ainda mais uma tentativa de reparar o dano causado aos consumidores. Tramita na Câmara o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 23 de fevereiro de 2011, de autoria de Fonte e outros deputados, que tem o objetivo de sustar a decisão da Aneel de 14 de dezembro de 2010. Na justificativa da proposição, os parlamentares afirmam: “A Aneel decidiu que o contrato de concessão deve ser cumprido integralmente, mesmo que contenha cláusula ilegal ou eivada de erro material e implique em prejuízo ao consumidor. É necessário que o Congresso Nacional intervenha para coibir esse calote que foi praticado.” (Rita Casaro)

SINDICAL

AL

Sindicato abrigará encontro da CNTU

No dia 20 de maio, o Senge-AL sediará o seminário sobre emprego, trabalho e qualificação profissional, promovido pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). O evento acontecerá no Hotel Radisson, das 9 às 18 horas, com o objetivo de reunir integrantes das cinco federações que fazem parte da entidade (economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos e odontologistas), estimulando o debate sobre os principais problemas, soluções e posicionamento para o futuro dos profissionais liberais num contexto geral. A atividade é uma das cinco regionais que antecederão o I

Encontro Nacional da CNTU, que terá como tema “Os profissionais universitários, o desenvolvimento e a política” e acontecerá em novembro, em São Paulo/SP.

CE

Fórum discute os impactos e desafios da engenharia

Ocorreu no dia 29 de março último mais uma reunião do Fórum de Debates em Engenharia, realizada pela Fiec (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), por meio do IEL/CE (Instituto Euvaldo Lodi) e com patrocínio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em sua terceira edição, o evento abordou os projetos estruturantes do Ceará e os desafios e exigências do setor da engenharia com foco nas novas tecnologias. Participaram como debatedores a presidente do Senge-CE, Thereza Neumann Santos de Freitas, o secretário de Infraestrutura do Ceará, Adahil Fontenele, e José de Paula Barros Neto, da UFC (Universidade Federal do Ceará). O mediador foi o diretor de ciência e tecnologia da Fiec, Francisco José Lima Matos. Foi lançada, na ocasião, a publicação “O engenheiro para o século XXI”, com as ideias e debates apresentados em eventos anteriores e as razões que levaram à formação do fórum. O Senge Ceará apoia a iniciativa e faz parte do seu comitê gestor.

PI

Férrer estuda criação do PCCS

O prefeito de Teresina, Elmano Férrer, recebeu uma comissão de engenheiros e arquitetos acompanhados pelo presidente do Senge-PI, Antônio Florentino de Souza Filho, e da vereadora Teresa Britto (PV). Na ocasião, foi apresentada uma minuta de projeto de lei para criação do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) aos 117 profissionais no âmbito municipal. Segundo Florentino, foi feito um comparativo com o valor pago em outras capitais do Nordeste e constatado que Teresina tem a menor remuneração. Férrer solicitou a presença dos secretários de Finanças, Vanessa Neiva, e de Administração, José Fortes, para avaliar a reivindicação. Em nova reunião na Prefeitura, em data a ser agendada, este último informará quais compromissos o município tem condições de cumprir.

MA

Entidade faz palestras para alunos do IFMA

A importância do engenheiro na sociedade e os benefícios de estar vinculados ao seu sindicato foram os temas das palestras realizadas pelo Senge para 80 alunos do primeiro período do curso de engenharia civil do IFMA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), no campus Castelo. O convite foi feito ao sindicato por Maria do Carmo Duarte, professora da disciplina Introdução à engenharia civil. O primeiro foi explanado pelos

engenheiros Antônio Sá Fernandes Palmeira e José Ribamar Franco da Costa, ambos associados à entidade, e Antônio Vilson Dias, presidente da Associação dos Engenheiros Civis do Maranhão, nos dias 8 e 15 de abril. O segundo foi abordado nesta última data pela presidente do Senge-MA, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro. Na sua opinião, foi uma oportunidade de informar aos estudantes quais as vantagens que os engenheiros têm ao se filiarem à entidade. “Agindo assim, dão maior representatividade à sua categoria na sociedade, possibilitando a sua participação na elaboração de políticas em prol do desenvolvimento”, asseverou.

RS

Pesquisa comprova avanços nas ações da entidade

Passados três anos da realização de uma pesquisa com engenheiros (associados e não associados), cujos dados indicavam que a imagem, a função e o grau de representatividade do Senge pouco significavam junto a esses profissionais, a diretoria do sindicato decidiu fazer nova investigação para estabelecer uma comparação entre a realidade de 2008 e a de 2011. Os resultados desta última comprovam a importância e o acerto da implantação do plano de comunicação e convalidam a decisão da atual diretoria de dotar a entidade de setor próprio para tratar de questões sobre web, propaganda, mídia e imprensa. Essa nova estrutura operacional foi responsável pela coordenação técnica da implantação do novo Portal Senge, da contratação de agência de publicidade, do revigoramento do boletim Online, da reformulação do jornal O Engenheiro, das veiculações no rádio e pelo trabalho de assessoria de imprensa. Por outro lado, a ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional, os investimentos em melhorias na sede, o maior alcance do plano de saúde, aliados à defesa do piso salarial da categoria, com ações fortes junto a empresas do setor industrial e de serviços, bem como a luta pela valorização profissional no setor público, são iniciativas já percebidas por todos e agora estão refletidas nessa nova pesquisa. Os resultados estão disponíveis em arquivos da pesquisa e do resumo.

GO

Mobilização pelo PCS em Goiânia

Engenheiros e arquitetos da Prefeitura de Goiânia, representados pelo Senge Goiás, continuam mobilizados com indicativo de greve em vigor há quase um mês. Reivindicando a implantação do PCS (Plano de Cargos e Salários), os profissionais decidiram parar um dia por semana na tentativa de sensibilizar a administração local. A primeira ação ocorreu na manhã do dia 29 de março último, no Paço Municipal, quando mais de 50 servidores vestidos com camisetas pretas foram recebidos por Osmar Magalhães, chefe de gabinete do prefeito Paulo Garcia. Desde então, o grupo já se reuniu com o secretário municipal de Governo, Iram Saraiva Júnior, e com o secretário de Finanças, Dário Campos, e chegou a usar a tribuna da Câmara de Goiânia para protestar. Todavia, os apelos pela implantação do plano ainda não foram atendidos. Caso não haja acordo com a Prefeitura, os engenheiros podem paralisar totalmente

as atividades por tempo indeterminado. O presidente do Senge-GO, Gerson Tertuliano, criticou a postura da administração municipal, na qual “atualmente sequer o piso salarial é pago à classe”.

ENTREVISTA

Vivendo no Estado do Amazonas há 30 anos, Luzia Santos da Silva saiu do Paraná juntamente com seus pais e dez dos seus 17 irmãos mediante promessa do governo militar brasileiro de que lá teriam terra para plantar. Sem que tenha havido a devida regularização em muitos casos ou mesmo com o título da propriedade em mãos, hoje, sua família e centenas de outras se deparam com a ameaça de perda do pouco que conseguiram construir. Assessora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre, município do Estado do Amazonas, ela denuncia nesta entrevista ao Engenheiro as arbitrariedades e o abandono a que estão submetidos os povos da floresta. Solução para ela, inclusive para se preservar o meio, seria reforma agrária e garantir proteção aos habitantes da mata. Como alternativa, apela a que o novo Código Florestal seja aprovado e por anistia das multas por crimes ambientais dadas aos pequenos agricultores.

Conte um pouco dessa trajetória e o que estão enfrentando.

Quando chegamos ao Amazonas, meu pai conseguiu comprar uma área de terra e cadastrar meus irmãos no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Cada um recebeu 100 hectares para trabalhar. A política do governo era mais ou menos essa: podem derrubar 50 hectares e depois recebem o documento (de posse da terra) mediante o que produziram. O pessoal derrubou, plantou, muitos passaram a criar gado e mais ou menos em 2006 entrou em vigor a lei ambiental. Aí não podia mais derrubar 50%, mas 20% da floresta numa área de 100 hectares. Acontece que muita gente já tinha devastado esse pedaço e se viu obrigada a continuar a derrubar dois, três, quatro hectares por ano para seguir com a plantação de milho, de arroz, de feijão, essas pequenas coisas. Daí o pessoal começou a ser multado em três vezes o valor da propriedade.

Quantas famílias estão nessa situação em Boca do Acre?

Duzentas famílias estão com a propriedade sendo embargada. Agora, que foram multadas, entre ribeirinhos, agricultores da margem da estrada, chegam a mil pessoas. Uma mulher que mora próximo a Boca do Acre há dez anos, cuja terra chega a cerca de 50 hectares, todo ano

derruba um pedaço para plantar. Este ano foi multada em R\$ 90 mil. Sua casa faz vergonha de ver, é coberta de taubinha, molha tudo dentro.

Todos pequenos produtores?

Eu estou falando aqui dos pequenos proprietários. Meu papel é dizer que estão jogando no mesmo balaio os agricultores que têm uma colônia, sobrevivem dessa terra.

E já teve gente que perdeu terra?

Não, mas a pessoa não pode trabalhar mais sobre a terra. O pedido nosso é que essas multas sejam anistiadas para o pequeno produtor rural ou agricultor. Às vezes a pessoa derruba uma árvore para fazer uma casa, então sofre essa represália, às vezes vende madeira ilegal porque a burocracia é tão grande que não consegue fazer de outra forma. Então o criminoso ambiental é aquele que vendeu duas, três dúzias de tauba para fazer a feira, aquele que às vezes derrubou para fazer uma canoa. São essas barbaridades que a gente vê e não estão mostrando.

Os grandes não estão sendo multados?

Não, existem aqueles que negociam, são muito fortes, têm no Estado influência política, e esses não estão sofrendo nada. O que está acontecendo é mais ou menos o seguinte: o Brasil tem que mostrar que não está devastando, mas as derrubadas vão aparecer porque o fazendeiro vai continuar. Então alguém tem que ser multado para parecer que está funcionando. É por isso que a gente analisou o projeto do novo Código Florestal, discutiu e viu que não permite que derrube mais, diz que se devastou tem que reflorestar e defende o pequeno agricultor, dá condição para todo o mundo se regularizar e possibilita que proteja as matas ciliares e cultive o restante da terra. E ao grande chama a negociar.

O título das terras prometidas a vocês durante a ditadura foi dado?

Aos que entraram em projeto de reforma agrária, o que é muito raro.

Se tivesse reforma agrária no Brasil, a situação seria outra?

Com certeza, no País todo, mas no Amazonas é muito mais grave, os povos da floresta estão esquecidos e são eles que a protegem, é preciso dar-lhes condições de vida digna, criar e fortalecer cooperativas. Tem alguns projetos de assentamento do governo que na verdade estão abandonados, muitos estão no chão, porque o fazendeiro foi comprando, comprando e está lá, tranquilo. A gente espera que a presidente Dilma olhe para esse lado. Agora, para que

isso aconteça, é preciso que os segmentos sociais, as organizações de base se mobilizem e trabalhem muito, porque existe uma barreira enorme entre reforma agrária e grandes grileiros, existem muitos interesses. Como não tem reforma agrária, tem muitas famílias que ocupam pedaços de terras devolutas, improdutivas, e muitas vezes aparece alguém que diz que é dele, entra com liminar para reintegração de posse, vai lá armado com a polícia, manda o pessoal sair, queima plantações de arroz, mata porco, galinha, destrói castanha, açaí. Em uma região de Manaus, mais de 60 famílias estão nessa situação e agora disseram que não vão mais sair, vão resistir. A gente tem medo que aconteça uma chacina. A reforma agrária é urgente no País, porque o que morre de gente, militante sindical, e nem aparece, é muito. (Soraya Misleh)

C&T

Uma pesquisa desenvolvida por empresas e instituições do Brasil e da Europa deu origem a um novo sistema que permite a transmissão do sinal de televisão digital e interatividade pela rede elétrica. Batizada de Samba (System for advanced interactive digital television and mobile services in Brazil), sigla em inglês de sistema avançado de televisão digital interativa e serviços móveis, a tecnologia é baseada no PLC (Power Line Communications), que utiliza a infraestrutura das redes de eletricidade para transmitir sinais de telecomunicações.

De acordo com o professor André Riyuiti Hirakawa, coordenador do grupo de pesquisadores do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Poli/USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) que integrou o projeto, o principal objetivo do trabalho é permitir que pequenas comunidades, principalmente as afastadas dos grandes centros, tenham acesso aos recursos da televisão digital, como a criação de conteúdo próprio e maior interação com o telespectador.

Segundo ele, a tecnologia foi testada em 2009 durante três meses no município de Barreirinhas, no Maranhão. O resultado divulgado em fevereiro último mostra que é possível disponibilizar um canal de comunicação de baixo custo possibilitando a qualquer usuário criar sua programação. “Uma das vantagens do Samba foi a escolha do sistema PLC que facilitou a instalação da TV digital aproveitando os cabos da rede elétrica existentes. Fora a mão de obra, o custo de instalação na cidade foi baixo, cerca de R\$ 20 mil. Enquanto a banda larga com cabos de fibra óptica não sairia por menos de R\$ 50 mil”, compara.

Conforme o pesquisador, a cidade foi escolhida porque é uma das mais pobres do País e não possui provedor de banda larga, nem TV a cabo, somente eletricidade. “O cenário ideal para implantar o sistema e ajudar a comunidade a estabelecer um canal de comunicação entre os moradores”, relata.

Interatividade

Durante a experiência, a população de Barreirinhas pôde participar diretamente da criação do conteúdo. Para que o projeto fosse executado com sucesso, foi montada uma estação de televisão na região, com transmissão da TV Mirante, emissora afiliada da Rede Globo no Estado. “A diferença entre uma transmissão comum e a instalada pelo Samba é a geração de conteúdo local pela própria comunidade e a interação com a programação por meio do PLC”, explica o professor da Poli/USP. Segundo ele, o sinal original da TV Mirante era recebido pela estação de Barreirinhas, misturado com o conteúdo gerado localmente e retransmitido para toda a cidade maranhense por um transmissor.

Para testar a interatividade da TV digital, foram escolhidos alguns moradores que permitiram a instalação dos equipamentos necessários em suas casas. Eles utilizaram as ferramentas fornecidas para a criação de textos, imagens, vídeos e áudios. “Pensamos em pessoas que pudessem desenvolver material de interesse da população local, como comerciantes, professores, entre outros”, ressalta.

Essa criação de conteúdo era feita diretamente pelo televisor com um conversor, também conhecido como set-top box, que possui um receptor, além de um teclado. A informação do aparelho vai para uma central – o sistema de gerenciamento de conteúdos, que retransmite os dados para as outras televisões. “A TV digital em Barreirinhas funciona como um computador e Internet para os usuários, devido à interatividade que ela permite. A navegação pelo material que chega e a criação de novos conteúdos pode ser comandada por um controle remoto juntamente com um teclado virtual. A informação é enviada pelo conversor para a estação transmissora por meio da rede elétrica”, relata Hirakawa.

Por ser um projeto de pesquisa, ao final dos testes os equipamentos e o sistema não puderam ficar no município maranhense, que dois anos após a instalação-piloto conta apenas com as lembranças da iniciativa. Financiado pela União Européia, o Samba custou €\$ 1,5 milhão. Já a instalação do sistema de teste em Barreirinhas foi feita por parceiros e com a colaboração de empresas como a Cemar (Companhia Energética do Maranhão) e o projeto Opera. Este também foi avaliado na cidade de Natz, no norte da Itália. “Os resultados da iniciativa estão sendo disseminados e utilizados em vários projetos de pesquisa e de inclusão digital”, finaliza. (Lucélia Barbosa)